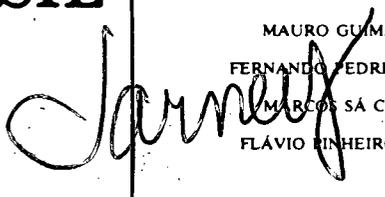


**JORNAL DO BRASIL**

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*MAURO GUMARÃES — *Diretor*FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*MARCOS SÁ CORREA — *Editor*FLÁVIO RINHEIRO — *Editor Assistente***Sinal de Fraqueza**

Quem está fraco grita. Quem é forte reza. Foi assim que o presidente Castelo Branco acalmou um interlocutor que se deixou impressionar pelo tom estridente de um demagogo nas vésperas do 31 de março de 1964. O presidente Sarney aumentou mais o tom com que, cada vez com maior frequência, se dirige aos brasileiros e às brasileiras. Na inauguração da hidrelétrica de Ibiúna, vociferou.

Não era, evidentemente, o otimismo que aumentava os decibéis da veemência oficial. Por trás do exercício para se convencer de que o seu governo contribui para a felicidade dos brasileiros, a certeza contrária atua no ânimo presidencial. Os áulicos não conseguem enganar o presidente, durante todo o tempo, com subterfúgios estatísticos e sofismas econômicos. O presidente Sarney se sente derrubado pela hecatombe inflacionária que se abatê sobre a economia brasileira e, por mais que a ela se refira nos discursos como se fosse manifestação da natureza, e não de incúria governamental, é visível o sentimento de culpa que as suas palavras demonstram.

Não adianta, portanto, o presidente tentar indispor as vítimas da inflação e do desgoverno contra todos os que têm a coragem de dizer a verdade. E a verdade é que o Brasil vem mal, e o governo não dá sinais de que vai partir para a redução das despesas governamentais. A ordem tem sido gastar, de norte a sul. As emissões jorram desbragadamente e inundam de dinheiro desvalorizado a economia. Os brasileiros acreditam no futuro do Brasil, mas negam a visão favorável que o governo tem do presente. A descrença nacional se volta especificamente contra o governo, pela incapacidade — repetida há três anos — de conter despesas e sanear as finanças inundadas pela inflação. E por que haveria o cidadão de abrir-lhe, no último ano, o crédito extra de confiança? Não: o brasileiro quer é eleger um governo que, sendo legítimo, tenha compromisso com a sociedade, com a moralidade pública e com a eficiência.

A confiança no futuro brasileiro não é conversível em crédito político do governo. O temor geral é que o futuro do Brasil seja irreversivelmente comprometido pelo desastre de uma administração que reúne aspectos de negligência técnica e moral e que se refugia num otimismo abstrato. O presidente Sarney resolveu levantar a voz para se opor, não aos pessimistas (como pensa), mas aos números que retratam uma realidade que os cidadãos deploram.

“Não podemos ficar ouvindo, dia e noite, as vozes de protesto e do pessimismo daqueles que, em vez (...) de se dedicarem aos problemas nacionais, dedicam-se aos seus problemas pessoais”, vociferou o presidente em Ibiúna. A mesma frase poderia ser dita por outra pessoa em relação ao governo, que em vez de cuidar dos interesses

nacionais se empenha em aumentar um mandato que não lhe coube por vontade dos eleitores.

Em vez de retocar o seu perfil, no último ano do seu governo, o presidente Sarney desfralda o otimismo como programa e, dando as costas ao futuro, reivindica a centralização tributária que fez a glória do autoritarismo e o infortúnio dos estados e municípios. O presidente Sarney chegou a apelar diretamente para os cidadãos, no sentido de exercerem a vigilância sobre os constituintes que fizeram — e tendem a confirmá-la no plenário — uma definição tributária em favor dos estados e municípios.

Um dos pressupostos da democracia, e sobre os quais existe total consenso, era o de que ficou impossível continuar a adução de todos os recursos fiscais para encher a caixa de Brasília, que se dava à magnanimidade de repassar verbas aos governadores e municípios, não segundo a eficiência, mas de acordo com o comportamento político. Quanto mais subserviente, mais recebia. Valia na ditadura.

Esse pecado presidencial é resultado da nostalgia de quem conheceu o fausto autoritário a seu favor. Pecado nefando, pelo que autoriza como suspeita, é a tentativa de atirar os cidadãos contra os constituintes. Ora, os constituintes foram eleitos, o governo não. Os constituintes são soberanos para marcar a eleição presidencial de acordo com a vontade do povo, que já fez sentir sua preferência pela realização do supremo ato democrático este ano.

O presidente Sarney já apelou uma vez para os cidadãos, convidando-os a serem fiscais do Plano Cruzado. Deu-se mal no episódio, porque não se acaba com a inflação mediante decreto-lei, e sim com austeridade de gastos e estrita observância do orçamento. Os fiscais perceberam, tarde demais, que foram enganados. A idéia de mobilizá-los agora contra a Constituinte pressupõe autoridade política, administrativa e moral, mas o governo está esvaziado em todos esses planos.

Não há como convencer um cidadão que tem seus salários espremidos pela inflação ou o homem da classe média, que perde poder aquisitivo e prova a qualidade inferior de vida, que ele deve fazer os constituintes devolverem ao governo federal os recursos que deram nisso que se vê. Este governo, que há poucos dias aumentou a carga tributária, não tem condições de apelar para os cidadãos se deixarem utilizar como massa de manobra.

A divergência é mais profunda do que uma divisão de brasileiros entre otimistas e pessimistas. É uma questão de confiança perdida. O governo pode elevar a voz, mas não convencerá: a nação não quer sofismas, e sim atos; no caso deste governo, capazes de demonstrar sincero arrependimento. O presidente eleva a voz e demonstra um estado de espírito que deveria resguardar, pois não diz respeito à função. Quem se sente fraco é quem grita.